

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.455 - SP (2014/0009433-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : ANA MARIA BERNAL MARTIN
ADVOGADO : ORLANDO FARACCO NETO E OUTRO(S) - SP174922
RECORRIDO : CLARICE FIRMINO DOS SANTOS
RECORRIDO : REGINA VIEIRA DO NASCIMENTO DA SILVA
ADVOGADO : ALMIR GOULART DA SILVEIRA E OUTRO(S) - SP112026
RECORRIDO : DIRCE YAECO KAMESU VERRASTRO
RECORRIDO : MARIA JOSE DA SILVA BUENO
ADVOGADO : ORLANDO FARACCO NETO - SP174922

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 468):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. PERCENTUAL DE 28,86%. PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA RECONHECER VÁLIDOS OS TERMOS DE TRANSAÇÃO NÃO CONHECIDO POR FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. RECURSO PROVIDO NA PARTE CONHECIDA, RECONHECENDO-SE O EXCESSO DE EXECUÇÃO.

1. Recurso não conhecido na parte em que pleiteia a reforma da sentença para se reconhecer como válidos os termos de transação firmados pelas exequentes Regina Vieira do Nascimento da Silva e Clarice Firmino dos Santos Marques, por falta de impugnação a um dos fundamentos apontados e suficiente para escorar a sentença nesse ponto. Incidência, mutatis mutandis, do enunciado da Súmula nº 283 do STF.

2. A União discordou dos cálculos apresentados pelas exequentes Dirce e Maria José, sendo equivocada a sentença quando, nesse ponto, rejeitou as alegações da embargante.

3. A exequente Dirce passou a ocupar a Classe A, Padrão II, em março de 1993, sendo-lhe devido o percentual de 15,72% apenas em janeiro e fevereiro de 1993. De outra banda, são indevidos os valores cobrados a título de "Diferença de DAS, FG", nos meses de outubro a dezembro/1997, março, maio e junho de 1998, pois não consta o pagamento de tais rubricas nos comprovantes de rendimentos da exequente.

4. A exequente Maria José da Silva Buena, por seu turno, computa em seus cálculos "Diferenças de DAS, FG" no período de outubro/1994 a

Superior Tribunal de Justiça

junho/1998. No entanto, as planilhas de fls. 35/282 dão conta de que recebeu as diferenças apenas no período de outubro/1994 a Janeiro/1995 e dezembro/1995 a novembro/1997, conforme sustentando pela apelante na peça proemial dos embargos.

5. Tendo em vista o não conhecimento de parte da apelação é caso de fixação de sucumbência recíproca, nos termos do artigo 21, *caput*, do Código de Processo Civil, devendo cada parte arcar com os honorários de seus advogados.

Os embargos de declaração da recorrente foram rejeitados (e-STJ, fls. 529-535).

Sustenta o ente público a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, notadamente acerca da inaplicabilidade da Súmula 283 do STF ao recurso de apelação, por força do art. 515, § 1º, do CPC/1973, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973.

No mérito, aduz violação dos arts. 475 e 515, § 1º, do CPC/1973 sob o argumento da inaplicabilidade da Súmula 283 do STF ao caso.

Sustenta, outrossim, ofensa aos arts. 174 e 175 do Código Civil, que estabeleceriam a validade do negócio jurídico quando já iniciado seu cumprimento, bem como a extinção da obrigação pelo cumprimento.

Por fim, suscita a contrariedade dos arts. 884 e 885 do Código Civil, que vedam o enriquecimento sem causa.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 565-567.

É o relatório.

Inicialmente, no que tange à alegada violação do art. 535 do CPC/1973, verifico que a parte insurgente não logrou êxito em demonstrar objetivamente os pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos.

É fundamental que o recorrente desenvolva os argumentos que demonstrem a relevância da omissão para a solução da controvérsia, a fim de que o vício seja reconhecido por esta Corte como apto a ensejar a nulidade do julgado. A mera citação dos dispositivos legais invocados ou referência genérica aos aclaratórios, bem como a simples indicação de pontos tidos como omissos sem a indicação de sua relevância para o deslinde da causa não supre a deficiência recursal.

Tal circunstância atrai a incidência da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF.

ÔNUS DA PROVA DE PAGAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC/73, a parte recorrente não evidenciou qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). [...]

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.001.267/PB, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. EXPULSÃO. CONSELHO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO. REEXAME DE FATOS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ATIVIDADE DE CONSULTORIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO ADOTADO PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. EXIGIBILIDADE SUSPensa (ART. 12 DA LEI N.º 1.060/50). ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

1. Mostra-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. [...]

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 579.011/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017)

No tocante aos demais dispositivos legais apontados como violados nas razões recursais, observa-se que nenhum deles foi objeto de debate e deliberação pela Corte de origem, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, o que redundava em ausência de prequestionamento da matéria, aplicando-se, ao caso, a orientação firmada na Súmula 211/STJ (Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*).

Nos termos da reiterada jurisprudência desta Corte, para que se tenha por prequestionada determinada matéria, é necessário que a questão tenha sido

Superior Tribunal de Justiça

objeto de debate, à luz da legislação federal indicada, com a imprescindível manifestação pelo Tribunal de origem, o qual deverá emitir um juízo de valor acerca dos dispositivos legais, ao decidir pela sua aplicação ou seu afastamento em relação a cada caso concreto, o que não se deu na espécie. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA, DE PLANO, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A ausência de enfrentamento da matéria pelo Tribunal de origem impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento. Incidência das Súmulas 211 do STJ e 282 do STF.

1.1. *In casu*, deixou o recorrente de apontar, nas razões do apelo extremo, a violação do artigo 1.022 do CPC/15, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

1.2. Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos dispositivos tidos por violados, desde que as teses debatidas no apelo nobre sejam expressamente discutidas no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese.

2. No caso *sub judice*, para acolher a pretensão recursal acerca do alegado cerceamento de defesa decorrente do indeferimento da produção de prova, bem como acerca da existência de danos morais indenizáveis, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

3. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.458.813/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/6/2019, DJe 1º/7/2019)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATOS DE IMPROBIDADE - ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS - SÚMULA 7/STJ - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 211 DO STJ - INOVAÇÃO RECURSAL.

1. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o seu conhecimento (Súmula 211 do STJ), bem como é manifestamente inadmissível o recurso especial em relação às teses que configuram

Superior Tribunal de Justiça

inovação recursal e, por isso, não foram apreciadas pelo acórdão recorrido.

2. Inviável análise de pretensão que demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. É inadmissível o recurso especial se o dispositivo legal apontado como violado não fez parte do juízo firmado no acórdão recorrido e se o Tribunal *a quo* não emitiu qualquer juízo de valor sobre a tese defendida no especial (Súmulas nºs 282 e 356/STF).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 15.180/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 10/5/2013)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator